

## RESOLUÇÃO CONJUNTURA NACIONAL

A crise climática é uma realidade. A temperatura diária global em 2023 está 2° acima da era pré-industrial. Vivemos os dias mais quentes da história em 125 mil anos. São secas acompanhadas de queimadas que deixaram Manaus e Macapá sob fumaça durante dias, enchentes como as vividas no sul do Brasil, chuvas extremas no sudeste e queimadas no pantanal. Enquanto isso, o 1% mais rico do planeta emite tanto carbono quanto os dois terços mais pobres do mundo e é a demonstração nítida que a agenda climática atravessa toda a sociedade, seja em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e que sem justiça social é impossível superar a crise climática.

A luta contra o colapso ambiental é central e exige uma mudança profunda dos meios que a sociedade hoje produz, distribui e consome. É preciso superar a cultura da devastação, do desperdício e do supérfluo. O processo de transição energética deve substituir de forma gradual e definitiva o uso de combustíveis fósseis por energia renovável. A luta pela universalização do acesso à água, ao saneamento básico, a expansão e diversificação do uso de transportes coletivos nas cidades, o combate ao desmatamento e ao garimpo ilegal, a defesa dos direitos e dos territórios dos povos indígenas são parte da luta em defesa do meio ambiente. Não há sobre o que tergiversar, sabemos que o colapso ambiental atingirá todo planeta, mas os principais afetados por ele são os mais pobres e periféricos. Por isso, o combate à desigualdade e a agenda ambiental andam juntos.

Não podemos esquecer que passamos por quatro anos de um governo que tornou o Brasil uma nação ameaçadora aos esforços globais de combate à crise climática. Batemos recorde de desmatamento, ampliamos o consumo de agrotóxicos, incluindo aqueles proibidos em vários países da Europa, aumentamos as emissões de gás carbônico em 122% em 2020 e vivenciamos um verdadeiro genocídio dos povos da floresta.

Atualmente foram noticiados dados que apresentam uma diminuição do desmatamento em relação ao mesmo período do ano de 2022, ainda precisamos avançar mais em medidas de proteção da Amazônia brasileira, bem como na produção de mais dados e em políticas de educação ambiental que ultrapassem a lógica da economia doméstica dos recursos naturais.

Na política nacional, Lira e o centrão seguem na ofensiva, criando obstáculos para a implementação do programa eleito nas urnas em 2022. Mas Lira não foi eleito presidente do Brasil. Por isso, é grave a ameaça à derrubada dos vetos ao Marco Temporal e a indicação do Deputado Mendonça Filho (União Brasil/PE) – Ministro da Educação no Governo Temer

– para relator do projeto do Novo Ensino Médio, demonstram que Lira e seus aliados, como a bancada do agronegócio, estão dispostos a constranger o governo federal e o STF para restringir ainda mais os direitos dos povos indígenas ao seu território. Por isso, a bancada do PSOL no Congresso Nacional e a atuação da militância nos movimentos sociais deve seguir sendo de defender o programa eleito nas urnas e de unidade do campo progressista em torno de medidas de enfrentamento às desigualdades e em defesa da democracia. É preciso lutar para ampliar o investimento público em políticas de geração de emprego e renda e distribuição de renda. Isso contraria os interesses do setor rentista que, através de Lira e do "Centrão", tenta dar o tom da agenda econômica do governo Lula. É decisivo isolar a extrema direita, que segue ativa na institucionalidade e forte na sua base social conservadora.

Para tanto, é crucial que o governo Lula, que apoiamos, avance no programa vitorioso nas urnas, não cedendo às imposições econômicas da ortodoxia neoliberal nem ao fisiologismo do Centrão. A necessária busca de governabilidade não pode se dar com o rebaixamento do programa mudancista - apontado nos 12 pontos que o PSOL apresentou à candidatura Lula, em maio do ano passado, quando acertadamente decidimos apoiá-la desde o 1o turno. Governabilidade, nessa conjuntura, não pode ser mera conciliação pelo alto, mas tensionada, reforçando o polo à esquerda. Para que, com mobilização e respaldo popular, façamos avançar as urgentes mudanças na superação das desigualdades sociais estruturais, das imposições do capital financeiro, do golpismo latente e das históricas "transições intransitivas".

Neste sentido, o caráter público do Banco Central, da política monetária e da relação com o BRICS são elementos importantes na contraposição ao neoliberalismo e à ação imperialista dos Estados Unidos.

A luta contra o bolsonarismo segue viva, seja para lutar pela prisão de Bolsonaro e punição de todos os golpistas, seja para enfrentar a agenda de governadores alinhados com este projeto. Governos municipais e estaduais avançam com o projeto de entrega dos serviços públicos essenciais à população, com destaque às privatizações ligadas às áreas de saneamento e distribuição de água, energia e transporte que se intensificaram em SP e MG, usando o discurso da eficiência de gestão dos serviços privatizados. A Enel, empresa responsável pela distribuição de energia nos estados do CE, SP, RJ; contudo, colocou em xeque esse discurso. O mês de novembro foi marcado pela ineficiência e descaso da Enel que deixou milhares de pessoas na cidade de São Paulo, Niterói e São Gonçalo por mais de 4 dias sem o fornecimento de energia. Além disso, esses governos também preparam arrocho no investimento público em educação e serviços públicos para o próximo ano como

parte de uma agenda ultraliberal. É o caso por exemplo do Tarcísio que em São Paulo já propôs uma PEC para reduzir em 9.6 bi as verbas da educação para 2024.

No âmbito da violência policial contra jovens negros os dados seguem alarmantes. Todas as pessoas assassinadas pela polícia na cidade de Recife eram negras, pelo segundo ano consecutivo. No ano passado no Brasil, cerca de 18 pessoas por dia foram assassinadas pela polícia, 83% eram negras e 45% eram jovens entre 18 e 24 anos. Políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, como o “Juventude Negra Viva” e o “Periferia Viva”, são acertadas e fundamentais para começar a mudar esse quadro e combater o racismo estrutural brasileiro que vem atingindo de forma letal nossa juventude e centralmente a população que vive nas periferias do país. O PSOL participou ativamente das manifestações no dia da Consciência Negra pelo fim do extermínio da nossa juventude, porque é decisivo construir com os movimentos sociais a luta por reformas estruturais. Seguiremos vocalizando as pautas anti racistas nos parlamentos através de nossas bancadas cada vez mais enegrecidas.

O ano de 2024 será de eleições municipais que colocarão em disputa o projeto para as cidades brasileiras. O PSOL, apresentará candidaturas competitivas em diversas cidades e já definiu que a prioridade do partido será a disputa na Capital de São Paulo e a reeleição em Belém, em todo país apresentaremos candidatos e candidatas majoritários conectados com as necessidades reais e urgentes da população sem retroceder na defesa das históricas bandeiras que carregamos e nos prepararemos para ampliar nossa representação nas câmaras municipais. Nessas eleições, temos a tarefa de enfrentar e isolar o bolsonarismo, reduzir sua influência e neutralizar o perigo de que possam voltar ao poder. É nesse sentido a importância de um programa alinhado às reivindicações da classe trabalhadora, das mulheres, da negritude, das LGBTQs, dos povos indígenas, conectado com a agenda ambiental e que traduza a necessidade de crescimento econômico e combate às desigualdades sociais.

Considerando todos os elementos apontados, a nova gestão do PSOL deve preparar o partido para esses e outros desafios. Por isso, o Diretório Nacional do PSOL resolve:

1. Priorizar o debate ambiental com o conjunto da militância, desenvolvendo uma Campanha Nacional sobre emergência climática, articulando produção e circulação de informação com formações, seminários, encontros e fortalecendo iniciativas de articulações da sociedade em torno da temática ambiental;

2. Aprofundar os espaços de formação da militância, em diálogo com a FLCMF e com as secretarias estaduais de formação política priorizando os temas da atualidade com centralidade na realidade brasileira e latino-americana;
3. Desenvolver mecanismos de formação, acompanhamento e mapeamento das candidaturas do PSOL em 2024;
4. Garantir a organicidade das instâncias partidárias o diálogo e comunicação interna com os dirigentes estaduais e locais, com o intuito de fortalecer a organização partidária;
5. Fortalecer os fóruns de debates e formulações internas do partido;
6. Desenvolver uma campanha permanente de filiação ao PSOL;
7. Realizar o recadastramento dos filiados do partido;
8. Construir o Direito ao Futuro Cidades contribuindo com a formulação das campanhas e no desenvolvimento de marcas e símbolos de unidade nacional partidária;
9. Realizar o planejamento das pastas, orientadas pelos pontos acima elencados, apontando as tarefas e prioridades políticas da gestão.

**Diretório Nacional do PSOL  
25 e 26 de novembro de 2023**